

Mário Lúcio Quintão Soares
Lailson Baeta Neves

MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÕES CONSTITUCIONAIS



Belo Horizonte
2019

Sumário

Prefácio.....	IX
Introdução.....	XIII

Capítulo 1

DO MANDADO DE SEGURANÇA (MS).....	1
1.1 Da gênese do Mandado de Segurança.....	2
1.2 Do conceito e da natureza jurídica do Mandado de Segurança.....	4
1.3 Da finalidade do Mandado de Segurança.....	5
1.4 Do objeto do Mandado de Segurança.....	7
1.5 Do significado de "direito líquido e certo".....	9
1.6 Da autoridade coatora no Mandado de Segurança.....	12
1.7 Da legitimidade no Mandado de Segurança.....	13
1.8 Da atuação do Ministério Público no Mandado de Segurança.....	17
1.9 Das espécies de Mandado de Segurança.....	18
1.10 Da legitimidade ativa dos partidos políticos em face do Mandado de Segurança coletivo.....	23
1.11 Da legitimidade ativa das organizações sindicais, das entidades de classe e das associações em relação ao Mandado de Segurança coletivo.....	24
1.12 Da concessão da liminar em Mandado de Segurança.....	28
1.13 Breves questões procedimentais no processo constitucional pertinente ao Mandado de Segurança.....	31

Capítulo 2

DO HABEAS CORPUS (HC)	35
2.1 Do Habeas Corpus em perspectiva garantista	36
2.2 Da gênese e da constitucionalização do Habeas Corpus.....	38
2.3 Do conceito de Habeas Corpus	41
2.4 Das espécies de Habeas Corpus	42
2.5 Das hipóteses de cabimento do Habeas Corpus	45
2.6 Do conteúdo da petição inicial de Habeas Corpus.....	46
2.7 Da competência para se julgar o Habeas Corpus.....	46
2.8 Do procedimento no manejo do Habeas Corpus.....	50
2.9 Da interpretação do direito de locomoção em sociedade democrática	51
2.10 Jurisprudência predominante sobre o Habeas Corpus	54

Capítulo 3

DO HABEAS DATA (HD)	59
3.1 Da gênese do Habeas Data	60
3.2 Do conceito e da natureza jurídica do Habeas Data.....	61
3.3 Da regulamentação do Habeas Data no direito brasileiro	64
3.4 Da legitimidade e do objeto do Habeas Data	64
3.5 Do procedimento do Habeas Data	65
3.6 Da competência para julgamento do Habeas Data	70

Capítulo 4

DO MANDADO DE INJUNÇÃO (MI).....	71
4.1 Da gênese do Mandado de Injunção	72
4.2 Da interpretação dada pelo STF e da regulamentação do Mandado de Injunção.....	73
4.3 Do conceito de Mandado de Injunção	75
4.4 Da legitimação do Mandado de Injunção.....	76
4.5 Do procedimento especial (art. 4º ao 8º da Lei nº 13.330/2016).....	77
4.6 Do Mandado de Injunção coletivo (arts. 12 e 13 da Lei nº 13.330/2016).....	82
4.7 Da competência para se julgar Mandado de Injunção.....	84
4.8 Da eficácia das decisões no Mandado de Injunção.....	85

Capítulo 5

DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP)	89
5.1 Da regulamentação da Ação Civil Pública	90
5.2 Do conceito da Ação Civil Pública.....	91
5.3 Da legitimidade para proposição da Ação Civil Pública.....	92
5.4 Do objeto da Ação Civil Pública.....	97
5.5 Do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) em face da ACP.....	98
5.6 Do procedimento para instauração da Ação Civil Pública.....	100
5.7 Da propositura da Ação Civil Pública	101

Capítulo 6

DA AÇÃO POPULAR (AP).....	105
6.1 Da gênese da Ação Popular	105
6.2 Da constitucionalização da Ação Popular	107
6.3 Do conceito e da finalidade da Ação Popular	109
6.4 Dos requisitos e da legitimidade para ajuizamento da Ação Popular.....	110
6.5 Do objeto da Ação Popular	112
6.6 Da atuação do Ministério Público na Ação Popular.....	113
6.7 Da ilegitimidade da pessoa jurídica para propor Ação Popular	114
6.8 Da competência para julgamento e do procedimento adotado na Ação Popular	115

Capítulo 7

DO DIREITO DE PETIÇÃO (NÃO JURISDICIONAL)	119
7.1 Da gênese do Direito de Petição	120
7.2 Da natureza jurídica do Direito de Petição	121
7.3 Da legitimação e do procedimento do Direito de Petição	122

Capítulo 8

DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE SE OBTER CERTIDÃO.....	125
8.1 Do significado jurídico de certidão.....	126
8.2 Da transparência no Estado Democrático de Direito e o Direito de Certidão	126

REFERÊNCIAS	131
--------------------------	------------